CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 0070/87

INTERESSADO : José Arnaldo de Azevedo

ASSUNTO : Solicita pronunciamento a respeito da validade de Curso de Pós-Graduação, realizado em Portugal, para efeito de progressão funcional, nos termos da Lei Complementar n° 444/85 (Estatuto do Magistério).

RELATOR : Cons° Célio Benevides de Carvalho

PARECER CEE N° 910/87 CONSELHO PLENO APROVADO EM 06/05/87

1. HISTÓRICO:

JOSÉ ARNALDO DE AZEVEDO, portador do RG n° 2.453.299, Professor III - SQF - I - QM - SE -, classificado na EEPG Profª Lúcia Novais Brandão, em Cedral, DE e DRE de São José do Rio Preto, requereu, aos órgãos competentes da Secretaria da Educação, os benefícios previstos no inciso II, do artigo 49, da Lei Complementar n° 24949/86 e Resolução SE N° 70/86, a título de Progressão Funcional.

Seu pedido foi indeferido pela Divisão Regional de Ensino de São José do Rio Preto, em virtude do não atendimento "às exigências das alíneas "a" e "c", do inciso II do artigo 2° da Resolução SE n° 79/86 (diploma do título de Doutor e comprovante de credenciamento pelo Conselho Federal de Educação do Curso de Pós-Graduação realizado)".

O Interessado solicitou reconsideração do parecer mencionado, o seu pedido recebeu manifestações do Departamento de Recursos Humanos e da Consultoria Jurídica da Secretaria da Educação, concluindo esta última pela remessa dos autos a este Conselho.

2. FUNDAMENTAÇÃO:

O solicitante, a fim de fundamentar o seu pedido de Progressão Funcional, juntou os seguintes documentos expedidos pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas de Lisboa:

1. declaração de que o "Curso Complementar de Ciências Político-Sociais" é um Curso de Pós-Graduação, com integralização a fazer-se em dois anos e que confere o grau de licenciado, em nível de Doutorado;

2. certificado de que o interessado "obteve o grau de licenciado em Ciências Político-Sociais, com a qualificação "Bom";

3. "Carta de Curso", dando ciência de que o interessado concluiu com êxito a licenciatura em Ciências Político-Sociais, aos 23 de setembro de 1975".

Assim, os documentos expedidos em nome do interessado, espe

cificados nos itens 2 e 3, dão-no, apenas como licenciado em Ciências Político-Sociais.

Não houve apresentação do diploma ou do título de Doutor. A lei Complementar nº 444, de 27 de dezembro de 1985, Estatuto do Magistério, define a Progressão Funcional como a passagem, do cargo ou da função atividade, ao nível de retribuição mais elevado da classe, por consequência da apresentação, pelo funcionário ou pelo servidor, da documentação relativa a cursos realizados.

Estes cargos, mencionados no artigo 49 da citada Lei Complementar, são os de licenciatura, os de pós-graduação em nível de Mestrado e de Doutorado, os de especialização, os de aperfeiçoamento e os de extensão cultural. A atribuição de pontos a esse curso, permite a progressão funcional dos integrantes do Quadro de Magistério.

O § 2º do artigo 49 da L.C. nº 444/85 estabelece o critério de como se processa a atribuição de pontos, ressaltando que o integrante do Quadro de Magistério deve ser portador de Título de Mestre ou Doutor. Ressalta, ainda, o § 9º desse mesmo artigo, que os cursos de pós-graduação deverão ser credenciados pelo Conselho Federal de Educação. A progressão funcional do pessoal do Quadro do Magistério, prevista no Art. 49 da L.C. nº 444/85, foi regulamentada pelo Decreto nº 24949, de 3 de abril de 1986, não alterando os aspectos anteriormente assinalados, sendo finalmente disciplinada pela Resolução SE nº 79/86.

O indeferimento da pretensão do interessado se deu com base nas alíneas "a" e "c", do inciso II, do artigo 2º da citada Resolução.

Solicitada pela Presidência da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, audiência da CLN deste Conselho, esta assim se manifestou:

"O Conselho Estadual de Educação não é competente para opinar sobre eventuais interpretações da Lei Complementar nº 444/85. Da mesma forma é matéria estranha a este Colegiado a revalidação de cursos de ensino superior ou de Pós-Graduação realizados no estrangeiro.

Assim, com a devida vênia da Consultoria Jurídica da Secretaria da Educação, o processo deve ser devolvido àquele Órgão".

3. CONCLUSÃO:

Responda-se à Douta Consultoria Jurídica da Secretaria da Educação, nos termos deste Parecer.

São Paulo, 21 de abril de 1987.

a) Cons^o Célio Benevides de Carvalho
Relator

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 06 de maio de 1987.

a) Cons^a MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA
Presidente